

# Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso:

## os sociotopônimos de Aveiro (Portugal)

**PATRICIA DE JESUS  
CARVALHINHOS**  
é doutoranda em  
Semiótica e Lingüística  
Geral na USP e professora  
de Língua Espanhola na  
Unifecap.

Desde o final do século XIX e princípio do século XX, Leite de Vasconcelos (1887) e Albert Dauzat (1922), sobretudo o primeiro, trabalharam com o que se designava na época “costumes desaparecidos dos povos”, como maneira de resgate do léxico desaparecido ou pelo menos semanticamente esvaziado. Os atuais estudos onomásticos no Brasil vêm justamente resgatando a história social contida nos nomes de uma determinada região, partindo da etimologia para reconstruir os significados e, posteriormente, traçar um panorama motivacional da região em questão, como um resgate ideológico do denominador e preservação do fundo de memória. Nesse sentido, uma área toponímica pode ser comparada a um sítio arqueológico: podemos reconstruir, através do estudo de significados cristalizados de nomes de lugar, fatos sociais desaparecidos, contribuindo com material

valioso para outras disciplinas, como a história, a geografia humana e a antropologia. Assim como um fóssil descoberto pela paleontologia, o maior ou menor grau de “descoberta” ou “achado valioso” depende da antigüidade do nome cristalizado em determinado momento da oralidade (termo utilizado: *cristalização*); Rostaing denominava *fossilização* o fenômeno. Descreve-se, assim, a tendência conservadora do topônimo.

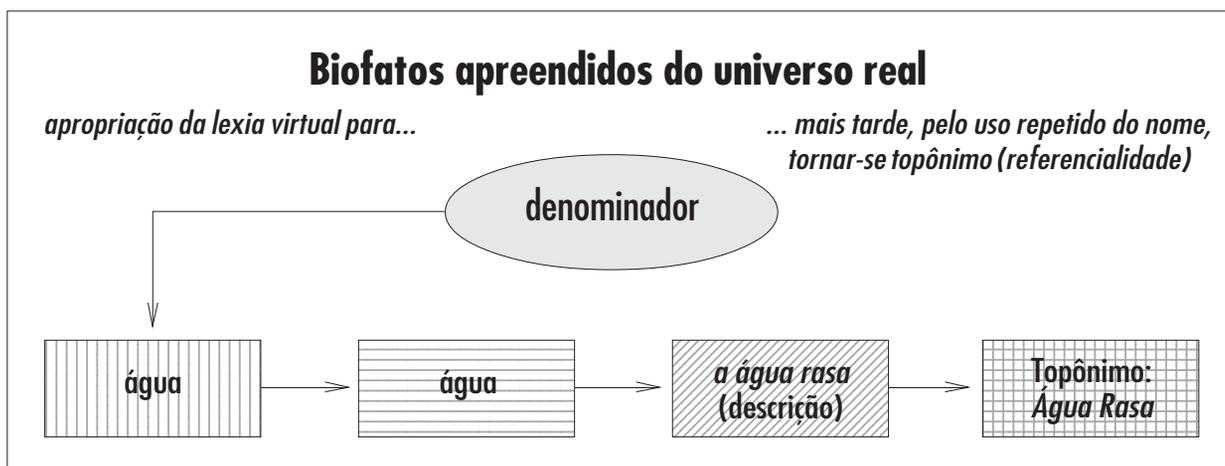
O que se pretende comprovar é a imutabilidade do homem, independente de variantes cronoespaciais: a estrutura profunda de um nome (motivo ou última instância resultante da análise de um discurso toponímico, isto é, quando realmente se logra chegar à ideologia do denominador em questão, revelando todo um pendor ideológico de determinada era humana), a estrutura profunda do topônimo é a mesma em qualquer tempo e espaço, embora sua capa lingüística mude conforme as variantes culturais. Exemplificativamente, os nomes cujo sema principal é *água* denotam o mesmo biofato; sua “capa lingüística” nos permite identificar idade e etnia do topônimo: o vasconço *ure* (*Ul*, A.F., rio e A.H., distrito de Aveiro, Portugal), pré-romano; as *l’aa* francesas, os *paraná* tupis e todos os topônimos modernos em água no Brasil: *Água Rasa*, *Água Branca*, *Água Funda* (A.H., SP). São vocábulos de língua geral que entram no discurso toponímico pelo que entendemos como vicissitudes enunciativas (necessidades básicas ocorridas no momento da enunciação).

Parte-se do pressuposto de que o topônimo mudou de categoria gramatical, em dois sentidos: passou de substantivo comum a substantivo próprio e, do ponto de vista mais específico, passou de lexia virtual (antes do momento da enunciação) a lexema (como ocorre com qualquer palavra-ocorrência) e a termo, quando se configura o sintagma toponímico, composto por dois termos, a saber: termo ou elemento genérico (o acidente físico ou humano a ser descrito ou denominado) e o termo ou elemento específico (o topônimo propriamente dito). Essas definições não são novas: fazem parte da terminologia toponímica desde os anos 80, propostas na tese de doutoramento de Dick (1980).

O caminho percorrido pelo topônimo – seu percurso gerativo de sentido –, então, é o mesmo dos lexemas comuns, com uma diferença básica: o lexema, transformado em palavra-ocorrência (Coseriu), só pode ser atualizado se fizer parte do léxico virtual do falante, pela própria essência da comunicação verbal. O topônimo, ao contrário, sobrevive ao próprio fato e língua desaparecidos, ficando seus semas em estado latente, ou seja, opacos. A reconstrução etimológica, pois, é um dos instrumentos (e não um fim, como muitas vezes se pensa) para o resgate dos significados ocultos, no nível do intracódigo, muitas vezes “socorrido” pelo extracódigo, visando preencher lacunas de significação.

Esquemáticamente, o esvaziamento semântico pode ser representado da seguinte maneira:

# TRANSFORMAÇÃO DE UMA LEXIA NORMAL EM LEXEMA E TOPÔNIMO



O denominador utiliza uma lexia disponível em seu léxico virtual e a atualiza, muitas vezes em um primeiro momento, como lexema, isto é: não há intencionalidade real de denominação, apenas o nome surge num contexto enunciativo oral – discursivo. É o caso de muitos relatos de viagem, cujos referenciais vieram a tornar-se topônimos (como *Porto Seguro*, A.H., BA). Exemplificativamente, uma árvore, um riacho ou um morro podem servir de referência para se explicar um caminho a outrem – como é o caso do topônimo *Pessegueiro do Vouga*, nome de um pequeno povoado do norte do distrito de Aveiro, Portugal. *Vouga* é o primeiro referencial, o grande rio que corta o distrito (e cuja origem remonta aproximadamente à época romana). Percebe-se, dessa maneira, como pode haver surgido o nome em um contexto oral: *o pessegueiro do rio Vouga* e, mais tarde, o nome – já cristalizado para designar aquele espaço – passa ao próprio povoado.

Esse fenômeno pode ser encontrado em quase todos os nomes espontâneos (em oposição aos sistemáticos, como o sistema de denominação das ruas das grandes cidades), principalmente nos que se apresentam bastante objetivos. Os mais subjetivos marcariam os lugares de outra maneira, através de homenagens a santos e/ou pessoas (cf. Dick, 1990). Também o léxico cultural costuma marcar as regiões, preser-

vando intactos costumes e objetos próprios de uma determinada época. Nesse ponto inserimos o estudo de caso realizado com topônimos portugueses da região de Aveiro, todos eles *sociotopônimos*.

Os sociotopônimos englobam uma gama enorme de significados, desde profissões, instituições ou delimitações areais. Muitas vezes, encontramos topônimos cujos significados remetem às delimitações de terra ou à vida rural (tipos de terras). Muitos dos topônimos coletados são opacos ou pouco utilizados na linguagem atual, pelo menos na variante brasileira. Sabemos, contudo, que o léxico do interior de Portugal, de norte a sul, é um tanto conservador. Basta mencionar os inquéritos realizados, desde a década de 60, pelo prof. Manuel de Paiva Boléo (1) (apud Cintra e Cunha, 1983). Para nossos objetivos, a variação dialetal que é objeto da referida pesquisa não é tão importante, salvo quando traz pistas sobre a verdade do topônimo. Portanto, pode ser que muitos dos topônimos considerados por nós como opacos ou vazios de significado sejam plenos em algumas regiões portuguesas (2).

Feita esta ressalva, mencionamos aqui alguns sociotopônimos que designam terras cultiváveis. Neste caso, os topônimos podem se referir à própria terra, como *Agro* (que também aparece na forma plural, *Agros*), sendo *agro* interpretado em seu

1 A variação dialetal estudada por Boléo inclui a alternância fonética, além da lexical. Neste caso, a nós somente interessa a variante fonética quando sua resolução traz pistas do topônimo, no que se refere à oralidade antiga.

2 Por mais que o cientista seja objetivo, sua objetividade passa por um crivo, sua vivência pessoal. No caso, para averiguar a transparência dos referidos topônimos seria necessário uma pesquisa de campo, não oportuna no momento do estudo dos dados (1997) e muito menos para este estudo, uma vez que não prejudica a interpretação toponímica.

sentido substantivo (*terra cultivada ou cultivável*). Outras designações são mais antigas, como Barbito, proveniente de *barbeito*. Vasconcelos (1931, p. 177) remete a lexia ao século IX: “Já Bernardes havia dito na égloga 16 a, p. 100, ‘semear no teu barbeiro’. Um documento de 1096, nos Diplom. et Chart., n° 834, dá a definição: ‘in terras ruptas vel barveitos (= terras lavradas ou cavadas ou mexidas)’”.

Para Leite de Vasconcelos esta forma não se propagou ao sul do Rio Mondego (região de Coimbra) com a reconquista dos árabes. Percebe-se, portanto, que estamos na presença de um topônimo cristalizado. Outra forma preservada do português arcaico é *chousa*, presente no topônimo *Chousa Velha*. Do latim *clausum* que, na forma \**clausa* produziu *chousa*, a toponímia portuguesa registra várias ocorrências fora de nosso recorte geográfico (3): Vasconcelos (1931, pp. 178, 421-2) cita os derivados *Chousa*, *Chousas*, *Chouselas*, *Chouselinha*, *Chousal*, *Chousalinho*, *Chouso* e *Choso*. Coloca, também, que atualmente (a bem dizer, no início do século XX) a forma *tapada* é utilizada em algumas províncias, como sinônima. A definição de *chousa* é assim colocada:

“[...] o lexicógrafo Morais, s.v. ‘chousa’, define essa palavra assim: cerrado, fazendinha, pomarzinho sobre si com cerca; [...]. A palavra *chousa*, que já figura num texto de 1220, *Inquisitiones*, I. 13, sufixo indicador de coleção –al. [...], existe ainda em Porto de Mós, no sentido de ‘tapada’ [...]”.

A lexia *tapada* (4), acima citada, figurava em dicionários de língua portuguesa da época basicamente com dois sentidos complementares, que remetem à definição de *chousa*: “Terreno murado; cercado; grande área com bosques campos e água corrente, murada em toda a volta e destinada à criação e preservação da caça para gozo de particulares; parque”.

Também *reguengo* remete a uma delimitação de terra medieval. Vasconcelos (1931, p. 288) atribui esse topônimo à época astúrica-leonesa. Estaria inscrito numa

série de topônimos cujo sentido básico refere-se a instituições sociais e fatos históricos, além de terras: *Reguengo* se inclui na mesma família semântica de topônimos como *Sesmaria* (5), *Solar* (6), *Sesmo* (7) e *Termo* (8). A definição dicionarizada aponta a origem de *reguengo* como proveniente do latim tardio *regalengum*, no sentido adjectivo de *real*, *próprio do rei*, *pertencente do rei*, *patrimônio do rei* (9). O dicionário etimológico de língua portuguesa aponta a seguinte definição: “*realengo*, *regalengo*, *reguengo* adj. ‘real, régio’ | *rega+ngo XIII*, *regaeng XIII*, *regeengo XIII*, *regengo XIV* | Do lat. vulg. \**regalengus* [...]” (Cunha, 2001, p. 665).

Como arcaísmo, significa “terra que por conquista ou confiscação era incorporada ao património real” ou ainda “foros, direitos que, recaindo em certas terras, pertenciam à Coroa” (10). São dois topônimos *Reguengo* e um na forma feminina *Reguenga*. Como a forma feminina parece ter um significado muito restrito apenas em algumas regiões de Portugal, sob a forma de regionalismos (“adj. diz-se da medida sem rasoira; s.f. variedade de maçã” (11), acreditamos que o significado, no caso, possa ser o mesmo da forma masculina. Ainda com possível referência à terra teríamos outro arcaísmo em *Requeixo*, provavelmente da mesma raiz de *requeixado*, aplicado como substantivo e adjetivo, designando uma *terra ou localidade pequena, despovoada ou de pouco cultivo*.

Outros topônimos se referem a instrumentos ou ações realizadas em terras cultivadas, como *Arada*, participio passado, designando ação realizada (presente em dois povoados denominados *Arada* e um *Aradas*), e também *arrancada* (*Arrancada*), do utensílio agrícola *arrancador* (ou de “terreno a ser cultivado, e de onde se arrancaram raízes”). *Arrota* provém, provavelmente, de *arrotear*, cultivar terra inculta. Vasconcelos (1931, p. 319) cita um topônimo semelhante, apenas acrescido do sufixo –*aça*, como pertencente a “coisas da Natureza, ou da vida do campo”. Um dos povoadamentos denominados *Arada* situa-se no concelho de Ovar, na região da Ria. As

3 Delimitamo-nos ao distrito de Aveiro, por ser localizado exatamente na região central de Portugal (portanto, estando sujeito a influências cristãs e árabes); além disso, é litorâneo, mas ao mesmo tempo possui terrenos em áreas montanhosas – o que proporciona um interessante contraste ambiental que se reflete na toponomástica.

4 Definição em dicionário atual – *Aurélio* (ABH) – coincide: “[F. subst. do adj. tapado.] S. f. 1. Terreno murado; cerca. 2. Área rodeada de muros, com bosques, campos e água corrente, e destinada à criação e preservação da caça para gozo de particulares; parque”.

5 “[De sesma + -aria.] S. f. 1. Terra inculta ou abandonada. 2. lote de terra inculto ou abandonado, que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo: ‘De dono em dono, vieram as terras que haviam de formar o sítio Casa Verde, parte de velhas sesmarias doadas a velhos paulistas, parar nas mãos nobres de Agostinho Delgado e Arouche’ (Aureliano Leite, *Pequena História da Casa Verde*, p. 20). 3. Bras. Antiga medida agrária, ainda hoje usada no RS, para áreas de campo de criação. [Havia a sesmaria do campo (que perdura) e a sesmaria do mato. A lúgua de sesmaria tem 3.000 braças, ou 6.600 metros.]” (ABH).

6 “Solar 1[De solo + -ar1.] S. m. 1. Antiga morada de família; mansão. 2. Morada de família nobre; palácio” (ABH).

7 “[ê]. [De sesma.] S. m. 1. Terreno dividido em sesmarias. 2. Lugar onde há sesmarias. 3. Ant. Quinhão, partilha. 4. Ant. A sexta parte de alguma coisa; sesma. [Pl.: sesmos ê]. Cf. sesmo, do v. sesmar.]” (ABH).

8 “termo [ê]. [Do lat. terminu, pelo arc. terminu.] S. m. 1. Limite, em relação ao tempo e ao espaço; fim: ‘Deixava atrás o poço, e seguia até uma das hortas do vale, termo habitual dos meus passeios’ (Conde de Ficalho, *Uma Eleição Perdida*, p. 227); ‘Pensam que a morte não de encontrar bem antes / Do termo deste itinerário infundo...’ (Vicente de Carvalho, *Poemas e Canções*, p. 59). 2. Marco, baliza. 3. Tempo determinado; prazo. 4. Extensão, espaço. 5. V. vocábulo: Não empregue termos chulos. 6. Declaração exarada em processo. 7. Maneira, forma, teor. 8. Adjacência, circunvizinhança. 9. Fronteiras, raios, confins. 10. E. Ling. Vocábulo ou locução que denomina conceito, prévia e rigorosa

samente definido, peculiar a uma ciência, arte, profissão, ofício. 11. E. Ling. Constituinte [7] de uma oração" (ABH).

9 "De *regalengo*, com síncope. Adj. 1. Referente ao rei; real, régio. S. m. Ant. 2. Terra que, por conquista ou confisco, era incorporada aos bens da coroa. 3. Ant. Foros e/ou direitos devidos à coroa. 4. e provém daí o *Realengo carioca*: [Do lat. vulg. \**regalengu*]. Adj. 1. V. real 2 [1]. 2. Régio [2]. 5. Bras. R. S. Sem dono; público. [F. par.: *regalengo*.] *cardos*" (GDLP).

10 *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (GDLP) V, 452.

11 *Idem*.

12 "Arada mergulha as suas origens na Alta Idade Média, possivelmente mesmo antes da Nacionalidade Portuguesa. As primeiras referências a esta terra são-nos dadas por José Anastácio de Figueiredo, na sua Nova História Militar de Malta e dos Senhores Grão-Mores dela em Portugal. No índice geral desta obra [tomo III, p. 249], regista: 'Arada [S. Martinho de] - Bens da Ordem, com todo o Padroado da Igreja, nesta freguesia.' [...] José Anastácio de Figueiredo, cuja obra tinha outra finalidade, dá-nos conta das Inquirições de D. Sancho II, feitas em 1220, donde consta a doação que Dona Tereiga, ou Tareiga Rodrigues e seus filhos fizeram 'da Igreja de Samartinho de 'Erada' ao Spital', ou seja, à Ordem de Malta. [...] Finalmente, como a título de conclusão, o mesmo autor, que publicou o primeiro volume da sua obra em 1793, escreveu que, por morte de D. Afonso II, 'em toda ou Erada, hoje S. Martinho de Arada, tinha a mesma Ordem de Malta quatro casais e toda a mesma Igreja com boas searas e vinhas. [...] Segundo o que tenho lido, será uma transformação fonética e morfológica de heredata. No entanto, talvez se possa admitir outra etimologia: arata. Os primeiros habitantes, na sua luta pela sobrevivência, iriam destruindo as ervas daninhas, cavando ou lavrando a terra para a tornar apta para culturas úteis, o que vem ao encontro da doação de Dona Tareiga, em que se diz que ela tinha boas 'searas e vinhas'. É nesse sentido que, em bom português, chamamos terra arável quando ela pode ser cultivada. Assim, esta terra, que outrora estava "heredata" -coberta de heras -, agora, já cultivada e a produzir bons frutos, está 'arata' - arada ou cultivada" [Padre Manuel Augusto da Cunha, apud Graça, 1985, p. 53].

etimologias suscitadas na reconstrução da história do local não são muitas; contudo, o estudo realizado por Cunha (apud Graça, 1985, pp. 53-5) avança até a Alta Idade Média, através de vários documentos consultados pelo autor (12). *Arada* proviria exatamente do ato de arar, arrancar ervas daninhas. Atos pertinentes à lavoura são encontrados em topônimos como *Regadas*, *Regadio* e *Regedoura*. Outro povoado cujo nome pode remeter a instrumentos agrícolas é *Grada* (duas ocorrências), relativa ao ato de gradar (13) a terra.

Ainda com referência à vida rural, mas remetendo a organizações pertencentes a fazendas ou núcleos econômicos rurais, podemos destacar *granja* (Granja de Baixo), a *roça* (*Roçadas de Vilarinho* e, provavelmente, *Rossas*), *feira* (*Feira*, sede de concelho, também conhecida como *Santa Maria da Feira*; e *Feira do Eixo*) além da forma *quinta*, extremamente produtiva: *Quinta* (3); *Quintã* (4), sendo um ribeiro; *Quintãs*, *Quintas*, *Quintela* e os compostos *Quinta Branca*, *Quinta da Gala*, *Quinta de Valongo*, *Quinta do Gato*, *Quinta do Inglês*, *Quinta do Loureiro*, *Quinta do Perdigo* e *Quinta do Picado*.

A quinta é um tipo de pequena propriedade agrícola tipicamente portuguesa, geralmente composta por pomar e horta conjugados com granja. Assim como a variante *quintã*, presente no *corpus*, *quinta* provém do latim *quintana*. Oliveira (apud Costa, 1968, p. 246) diferencia *quintã* de *quinta* unicamente pelo tamanho: "*Quintã*: de *quintana*, 'grande quinta'". É interessante notar que, como Dick já discutiu em 1998 (14), algumas lexias correlatas a *quinta* se tornaram, no Brasil, lexias virtuais que vêm sendo utilizadas indistintamente, como nome de vários condomínios residenciais e até bairros do município de São Paulo (*Chácara Flora* e *Granja Viana*, entre outros) - talvez com a intenção oculta de transportar o comprador ao tranquilo ambiente rural.

Um topônimo aparentemente indecifrável relacionado a este campo léxico é *Mogofores*. Segundo Vasconcelos (1931, p. 288) e Correia (apud Costa, 1969, pp.

191-2), *mogo* é o mesmo que *marco*, utilizado para efetuar a divisão de terrenos. Para o termo composto, Correia aventava a seguinte hipótese: "Suponho que *fores* é a forma plural do antigo nome *for*, o mesmo de *foro*. Portanto, [...] *Mogofores* significa 'marco dos foros', alusão a marcos colocados no campo para a divisão de terrenos aforados".

A interpretação mudaria se a outra hipótese de Vasconcelos fosse válida: *mogos* como sinônimo de *monges*. Contudo, os casos por ele analisados com esta hipótese apresentam a lexia em posição final de sintagma. Como a primeira hipótese encontrou abonação em dois autores, optamos por mantê-la. Além disso, não é improvável que o atual povoado de *Mogofores* fosse, anteriormente, a fronteira (*marco*) estabelecida para a vila de Oliveira do Bairro em 1514 pelo foral Manuelino; a várias outras vilas (inclusive a própria *Mogofores*) foram concedidos *foros novos*.

Ligado ao sentido de *marco* temos, ainda, o topônimo *Padrão*, provavelmente da antiga forma *padroom* citada por Brunswick (1910), significando "marco de pedra dos antigos coutos". O interessante é que, se consideramos a forma proposta atualmente por Aurélio Buarque de Holanda, *padrão* passa a ser uma variante de "pedrão", com a seguinte definição: "[Alter. de pedrão, aum. de pedra]. S. m. 1. Monumento de pedra que os portugueses erguiam em terras por eles descobertas. 2. Estaca monolítica; marco, baliza". Ou seja, mesmo que tenha havido uma variação vocálica, o sentido permanece.

Também algumas profissões antigas (ou suas antigas formas lingüísticas) foram cristalizadas através de topônimos. Outros nomes remontam a épocas bastante remotas, como é o caso dos lugares de *Cavaleiros* e *Castelões* (15), ambos marcados como posição social. Outras profissões são bem explícitas, como as refletidas nos topônimos *Carvoeiro*, *Ferreirinhos*, *Ferreiros*, *Lavandeira* (este último com duas ocorrências).

*Campinos* é uma forma incomum para a lexia *camponês* que, se interpretada como substantivo, significa "pastor de touros".

Já *Pintor* (A.F., ribeiro do) parece remeter à profissão, uma vez que não encontramos significados secundários que pudessem originar a motivação. *Regatinha* (A.H.) é um topônimo muito interessante: num primeiro momento, poderia ser interpretado como uma forma feminina de *regato*, acrescida do sufixo diminutivo. Contudo, um segundo significado pode ser intuído através de *recato*, vocábulo correlato: “mercador que percorre os rios, parando nas povoações, para negociar”.

Outros topônimos apresentam tantas hipóteses de etimologia que a reconstrução da motivação original torna-se difícil. *Carcavelos*, por exemplo: denominação dada a dois povoados do distrito, apresenta a sufixação diminutiva medieval *-elo*. Sua raiz parece estar em *cárcova* ou *cárcava*, “palavra desusada, que significa ‘fosso’, ‘porta falsa’, ‘caminho encoberto’” (Correia apud Costa, 1968, p. 190). O autor coloca outras possibilidades, como “fosso para isolar fortes ou castelos”, e também “buracos resultantes da extração de minério”. O conceito subjacente é o da forma côncava. Optamos pela classificação na categoria dos sociotopônimos por causa da ação humana implicada na ação. A acepção utilizada na classificação é a última citada, justamente retirada do histórico do distrito, havendo vários pontos de extração mineral.

Também verificamos a presença de nomes de lugar referentes a instituições (esconderijos, hospitais, refúgios). A maioria dos topônimos que iremos citar esvaziou-se semanticamente, restando-lhes, apenas, o invólucro do significante. *Couto* passou para o Brasil apenas através dos antropônimos Couto e Coutinho, como apelido de família. Em nosso levantamento, contudo, aparece como topônimo: *Couto de Baixo*, *Couto de Cucujães* (ou apenas *Cucujães*) e *Couto de Esteves*. O sentido de *seguro*, *oculto* (do latim *cautus*, -um), permanece em *couto* (Silveira Bueno, 1963): “lugar onde poderiam asilar-se os criminosos; refúgio, valhacouto, asilo”.

Ainda no sentido de refúgio teremos *gafanha*. O refúgio, contudo, era imposto: segundo Brunswick (1910) e Costa (1968),

*gafanha* provém de *gafaria*, hospital de leprosos, isolado propositadamente para diminuir o risco de contágio. Brunswick define, mas é Costa quem explica a motivação:

“São parques, modestos, pouco profundos e coerentes os apontamentos históricos sobre os quais lançamos a nossa atenção, no desejo de neles e por ele traçarmos, ainda mesmo que só em esboço, um perfil histórico da Gafanha, procurando saber a origem, na evolução dos tempos, do mesmo que, etimologicamente, nos leva a crer ser uma conseqüência de os seus terrenos terem sido, há séculos, o leito da resignação e exílio dos leprosos, que na aridez desértica daquelas paragens para ali eram desterrados. Assim, tudo leva a crer que Gafanha seja, por isso mesmo, uma conseqüência de gafaria ou gafa, isto é, lepra”.

As gafanhas constituem um caso típico de toponimização do acidente geográfico. Os segundos termos em composição com as gafanhas seriam, antigamente, os verdadeiros topônimos. Portanto, devemos notar que na maioria das ocorrências com esta o segundo elemento do sintagma é essencialmente religioso ou referencial: *Gafanha da Boa Hora*, *Gafanha da Encarnação* e *Gafanha do Carmo* remetem à virgem em três de suas manifestações, Nossa Senhora da Boa Hora, Nossa Senhora da Encarnação e Nossa Senhora do Carmo. Os referenciais são *Gafanha D’Aquém*, *Gafanha do Areão* e *Gafanha da Vimieira*. Temos, ainda, *Gafanha*. Hoje, desaparecido o fato social (*gafarias*), apenas o nome permanece; seu esvaziamento semântico, contudo, faz com que o nome não projete quaisquer influências sobre o ânimo dos habitantes – atualmente, a região é marcada pela presença de salinas.

Outra instituição presente no levantamento pode ser inscrita no campo léxico de hospedagem ou pouso: no primeiro sentido, temos *albergaria*, que, para Vasconcelos, remonta ao “período astúrico-lionês e período português: a tempos medievais pertencem muitíssimos topônimos que se relacionam já com instituições sociais, já com

13 \*1. Esterrear ou aplanar (a terra lavrada) com grade” (GDLP).

14 Ver, na bibliografia, o artigo de Dick, “A Significação Hiponímica e Hiperonímica nas Práticas Onomásticas”.

15 Casteloês é plural de castelão. “[Do lat. castellanu:] S. m. 1. Senhor feudal que vivia em castelo e exercia jurisdição em determinada área. 2. Governador de castelo; alcaide. 3. Dono de castelo. [Fem.: castela, casteloa, castelona.] (ABH).

fatos históricos, como: Abergaria [...]” (1931, p. 288). São três topônimos: *Albergaria das Cabras* e as vilas de *Albergaria-a-Velha* e *Albergaria-a-Nova*, ambas no concelho de Albergaria-a-Velha. Para o autor, a palavra *albergaria* é de origem germânica, o que nos situa temporalmente entre os séculos V e IX, principalmente.

No sentido de *pouso*, mas com conotação militar, temos vários topônimos no *corpus* e em todo o país compostos a partir da lexia *parada*, geralmente, locais de pouso de tropas em operações militares (o que pode retroagir até o período das Cruzadas): *Parada*, três ocorrências; *Parada de Baixo*, *Parada de Cima*, *Paradela*, *Paradinha*, *Paraduça*, duas ocorrências.

Relativos à vida social, temos os portos (*Porto Carvoeiro*, *Porto da Moita*), as vias de acesso (*Rua do Forno*, *Rua do Oliveira* e *Rua Nova*, duas ocorrências) e estabelecimentos comerciais (*Vendas Novas*). Também fatores relevantes à vida social, como o uso de medidas agrícolas, unidades monetárias e taxas, encontram-se presentes através dos topônimos *Sangalhos* (“antiga medida de cinco celamins” (16)) e *Trebillhadouro*, este último provavelmente derivado de *trebelho* (“foro ou pensão que os vendedores de vinho a retalho pagavam” (17)) e acrescido do sufixo *-douro*, expressando ação e, talvez, o local onde se pagava tal taxa. Como podemos perceber, todos estes topônimos se encaixam perfeitamente no modelo de vida rural que o distrito levou até o século passado.

A análise semântica dos topônimos revelou, como pudemos perceber, uma grande quantidade de topônimos cristalizados cujos significados são relativos a fatos sociais extintos que ficaram preservados. Os fatos sociais antigos ficaram registrados, principalmente, em topônimos relativos a divisões medievais de território (como *Agro*, *Reguengo*, *Padrão*, *Mogofores* e *Barbitos*), ou instituições cujo cunho social desapareceram, ou mesmo a própria instituição, como *Gafanha*. Neste caso, a cristalização de significado gerou o emprego do termo genérico *gafanha* como específico, passando, por último a incorporar o

topônimo propriamente dito.

Também as antigas formas de moradia remetem a tempos passados, assim como as organizações populacionais ou povoados: são as *palhoças* e os *castros* (*Palhaça*, *Castros*), como moradia, ou os *casais* e *póvoas*, como povoados. No geral, muitos elementos contidos em topônimos pertencentes a várias taxionomias remetem à vida agrícola: *Arada*, *Arrota*, *Grada*, *Azenha*, *Dornelas*, *Fornos*, *Moinhos*, *Palhaça*, *Castros*, entre muitos outros.

Como podemos perceber, tanto a expressão quanto o conteúdo (Hjelmslev) apontam para a mesma direção: a permanência dos topônimos, evidenciando, assim, traços conservadores e espontâneos na macrotoponímia de Aveiro – talvez o estudo da microtoponímia das cidades aponte outro caminho, como a predominância de denominação por homenagem a personalidades importantes para as comunidades, tendo em vista o que ocorre atualmente na política de nomeação das cidades brasileiras.

Apresentamos, resumidamente, nossas principais conclusões, sob a forma de três itens genéricos:

1) Permanência de topônimos arcaicos, revelando a tendência conservadora na toponímia do distrito de Aveiro, e talvez de todo o país;

2) Presença de traços arcaizantes nos topônimos quer no plano da expressão, quer no do conteúdo. Esta constatação permite fixar até o século XI, no máximo, para a formação da atual toponímia do distrito;

3) No plano do conteúdo, este estudo revela a importância dos elementos ligados à vida rural em Portugal (o Portugal ideologicamente retratado em sua toponímia, refletindo a Idade Média), apontando uma cosmovisão do homem ligado à terra e à natureza, assim como às atividades agrícolas.

Em suma, este breve estudo de caso mostra uma tendência da toponímia portuguesa para a manutenção do léxico toponímico primitivo, preservando intactas formas de língua e fatos sociais já desaparecidos há muito mais de quinhentos anos. Este

16 GDIP V, 637.

17 GDIP VI, 404.

fator revela a tendência conservadora da linguagem escrita, pois, apesar de nascida na oralidade, a toponímia (enquanto código escrito) de qualquer lugar assegura, tanto qualquer outro texto escrito, fatores de estabilidade da língua – pelo menos na macrotoponímia. Isso comprova a confi-

guração do texto toponímico, escrito em qualquer parte da terra, pronto para ser lido e decodificado por qualquer falante de língua, como qualquer texto – configurando, assim, um efeito catalisador para recuperação da memória de um lugar, desde que o nome não seja substituído.

---

## BIBLIOGRAFIA

- BOLÉO, Manuel de Paiva. *Estudos de Lingüística Portuguesa e Românica*. Coimbra, Sá da Costa, 1983.
- \_\_\_\_\_; SILVA, Maria Helena Santos. “O Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental”, in *Curso de História da Língua Portuguesa – Leituras Complementares*. Seleção de Ivo Castro. Lisboa, Universidade Aberta, 1991, pp. 41-78.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica*. Trad. Aida Ferrás et al. São Paulo, Educ-Pontes, 1992.
- BRUNSWICK, E. (coord.). *Dicionário da Antiga Linguagem Intercalado com Grande Número de Vocábulos de Obscura Significação*. Lisboa, Lusitana, 1910.
- CARVALHINHOS, Patricia de J. *A Toponímia Portuguesa: um Recorte Lingüístico do Douro ao Tejo*. Dissertação de mestrado. DL-FFLCH-USP, 1998.
- COSERIU, E. *Teoría del Lenguaje y Lingüística General*. Madrid, Gredos, 1969.
- COSTA, Alexandre de Carvalho. “Lendas, Historietas, Etimologias Populares e Outras Etimologias Respeitantes às Cidades, Vilas, Aldeias e Lugares de Portugal Continental”, in *Boletim Cultural*, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1968, p. 260.
- DAUZAT, A. *Les Noms de Lieux*. Paris, Librairie Delagrave, 1922.
- \_\_\_\_\_. *La Toponymie Française*. Paris, Payot, 1939.
- DICK, Maria Vicentina de P. do A. *A Motivação Toponímica. Princípios Teóricos e Modelos Taxionômicos*. Tese de Doutorado. USP, maio de 1980.
- \_\_\_\_\_. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 2ª ed. São Paulo, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo, Annablume, 1997.
- \_\_\_\_\_. “A Significação Hiponímica e Hiperonímica nas Práticas Onomásticas”, in *Anais da XLIX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. Belo Horizonte, julho de 1996.
- GECKELER, H. *Semántica Estructural y Teoría del Campo Léxico*. Trad. Marcos Martínez Hernandez. Madrid, Gredos, 1976.
- GRAÇA, José M<sup>o</sup> Fernandes da (org.). *Ovar e seu Concelho*. Ovar, Tipografia Ideal Ovarense, 1985.
- HJELMSLEV, L. *Prolegomènes à une Théorie du Langage*. Paris, Minuit, 1971.
- PIEL, Joseph-Maria. “Origens e Estruturação Histórica do Léxico Português”, in *Curso de História da Língua Portuguesa – Leituras Complementares*. Seleção de Ivo Castro. Lisboa, Universidade Aberta, 1991, pp. 233-42.
- ROSTAING, C. *Les Noms de Lieux*. Paris, Presses Universitaires de France, 1958.
- SILVEIRA BUENO, F. *Estudos de Filologia Portuguesa*. 4ª ed. São Paulo, Saraiva, 1963.
- VASCONCELOS, J. L. de. *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.
- \_\_\_\_\_. *Opúsculos*. V. III. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931
-